

## BRASIL SEGUE TRAJETÓRIA DE QUEDA E OCUPA A ANTIPENULTIMA POSIÇÃO EM RANKING DE COMPETITIVIDADE

*Hong Kong se mantém na liderança pelo segundo ano consecutivo enquanto os EUA deixam o TOP 3 pela primeira vez na década.*

**BELO HORIZONTE** (29 de maio de 2017) – Ocupando a 61ª colocação, o Brasil acumula em sete anos uma perda de 23 posições no Relatório Global de Competitividade do IMD. Este relatório é publicado desde 1989 pelo IMD (International Institute for Management Development, Suíça) e, no Brasil, conta com a parceria da Fundação Dom Cabral. Depois de atingir sua melhor posição em 2010 (38º lugar) o Brasil figura como um dos países menos competitivos do mundo, ao lado de Ucrânia (60), Mongólia (62) e Venezuela (63) nas últimas posições.

No topo do ranking os destaques são Hong Kong e Cingapura. Hong Kong foi primeiro lugar no ranking pelo segundo ano consecutivo, seguido por Suíça e Cingapura, que ao subir uma posição, levou os Estado Unidos a sair das três primeiras posições pela primeira vez na década.

WCY 2017	País	WCY 2016	Variação
1	China Hong Kong	1	-
2	Suíça	2	-
3	Singapura	4	1
4	USA	3	-1
5	Holanda	8	3
6	Irlanda	7	1
7	Dinamarca	6	-1
8	Luxemburgo	11	3
9	Suécia	5	-4
10	Emirados Árabes	15	5
11	Noruega	9	-2
12	Canadá	10	-2
13	Alemanha	12	-1
14	Taiwan	14	-
15	Finlândia	20	5
16	Nova Zelândia	16	-
17	Catar	13	-4
18	China Continental	25	7
19	Reino Unido	18	-1
20	Islândia	23	3
21	Austrália	17	-4
22	Israel	21	-1
23	Bélgica	22	-1
24	Malásia	19	-5
25	Austria	24	-1
26	Japão	26	-
27	Tailândia	28	1
28	República Checa	27	-1
29	Coreia do Sul	29	-
30	Estónia	31	1
31	França	32	1
32	Cazaquistão	47	15

WCY 2017	País	WCY 2016	Variação
33	Lituânia	30	-3
34	Espanha	34	-
35	Chile	36	1
36	Arábia Saudita	-	-
37	Chipre	-	-
38	Polónia	33	-5
39	Portugal	39	-
40	Letónia	37	-3
41	Filipinas	42	1
42	Indonésia	48	6
43	Eslovênia	43	-
44	Itália	35	-9
45	Índia	41	-4
46	Rússia	44	-2
47	Turquia	38	-9
48	México	45	-3
49	Bulgária	50	1
50	Romênia	49	-1
51	Eslováquia	40	-11
52	Hungria	46	-6
53	África do sul	52	-1
54	Colômbia	51	-3
55	Peru	54	-1
56	Jordânia	53	-3
57	Grécia	56	-1
58	Argentina	55	-3
59	Croácia	58	-1
60	Ucrânia	59	-1
61	Brasil	57	-4
62	Mongólia	60	-2
63	Venezuela	61	-2

Figura 1: Ranking Global de Competitividade  
Fonte: IMD Competitiveness Yearbook 2017

## **Brasil 2017: da crise política à necessidade de reformas**

O Brasil obteve este ano uma pontuação de 55.829 pontos no índice agregado de competitividade um avanço de 4.153 pontos em relação a 2016, mas insuficiente para gerar avanços no ranking geral. Em comparação a 2010, ano em que ocupou sua melhor posição (38ª), o Brasil apresentou uma perda de aproximadamente 10%. Ou seja, a perda de competitividade apresentada em 2017 não é apenas relativa, mas também absoluta se observada no longo prazo.

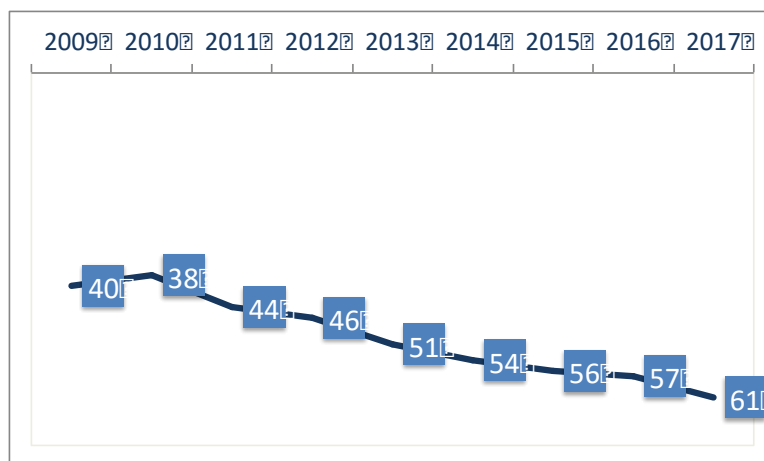


Figura 2: Evolução do Brasil no Ranking de Competitividade (2009-2017)  
Fonte: IMD Competitiveness Yearbook 2017

O rebaixamento para as últimas posições do ranking de competitividade evidencia as inúmeras fragilidades da economia brasileira. Considerando as quatro categorias-base do relatório, houve perdas significativas em infraestrutura (-5 colocações), em desempenho econômico (-4 colocações) e também em eficiência do governo (-1 posição). Já o fator eficiência empresarial subiu duas posições, registrando melhora tímida no ranking, mas sem avanço real nos indicadores analisados, pois este ganho de posição se deu devido à piora de outros países.

O Brasil precisa cuidar da competitividade brasileira. Mas em um contexto político abalado e extremamente incerto, é um desafio mover pessoas e recursos em prol de um projeto de nação. Certamente, existe um descontentamento da população para com o mundo político. Todavia, a solução desse cenário passa inerentemente pelas mãos de homens públicos. Vários dos problemas que acompanham a competitividade brasileira por décadas são verificadas ainda nos dias de hoje, não permitindo a economia brasileira sustentar voos longos. Sob um olhar crítico, temos uma carga de entraves históricos aliada a uma nova carga política/institucional cujo resultado ameaça, como em 1980, encaminhar a economia brasileira para uma década perdida. Este relatório tem por objetivo discutir condições de reverter esse cenário.

### **Quatro Fatores para A Competitividade**

A queda de quatro posições do Brasil em relação ao ano passado é analisada a partir de quatro fatores, cada qual composto por cinco subfatores. O resultado brasileiro detalhado está apresentado na Figura 3 abaixo:

Cenário Competitivo	Posição 2016	Posição 2017	Variação
<b>Desempenho da Economia</b>	55	59	-4
Economia Doméstica	53	58	-5
Comércio Internacional	52	54	-2
<b>Investimento Internacional</b>	20	23	-3
Emprego	27	50	-23
Preços	58	59	-1
<b>Eficiência do Governo</b>	61	62	-1
Finanças Públicas	61	63	-2
Política fiscal	37	40	-3
Estrutura Institucional	60	61	-3
Legislação dos Negócios	59	62	-2
Estrutura Social	60	62	-2
<b>Eficiência Empresarial</b>	51	49	2
Produtividade e Eficiência	60	60	0
Mercado de Trabalho	27	42	-15
Finanças	40	42	-2
Práticas Gerenciais	44	41	-3
Atitudes e Valores	51	43	8
<b>Infraestrutura</b>	46	51	-5
Básica	54	56	-2
Tecnológica	51	51	0
Científica	36	41	-5
Saúde e Meio-Ambiente	39	38	1
Educação	51	55	-4

Figura 3: Resultado do Brasil por Fator de Competitividade (2015-2017)  
 Fonte: IMD Competitiveness Yearbook 2017

### **Desempenho Econômico**

O fator *desempenho econômico* vem apresentando pioras gradativas desde 2011. Atualmente, a 59ª posição é justificada por perdas em praticamente todos os subfatores.

Ainda sob o espectro da forte recessão de 2016, avaliada em 3.6 pontos percentuais negativos do PIB, e da retração dos setores da economia, sobretudo da indústria, o Brasil teve contrações não apenas no mercado doméstico, mas também internacional. Ainda que com ciclos econômicos apoiados em modelos exportadores, o Brasil é um micro player global, representando apenas 1% do comércio internacional. Paralelamente, a necessidade de controle da inflação e os custos oriundos de tal política, refletem-se nos indicadores de consumo e poupança das famílias, sendo registradas perdas relativas em ambos. Com o fim do ciclo de eventos esportivos internacionais, foi também verificada perda real nas receitas de turismo. O subfator 'economia doméstica' apresentou assim resultados desanimadores com a queda de cinco posições.



Figura 4: Resultado do Brasil em Desempenho Econômico (2009-2017)

Fonte: IMD Competitiveness Yearbook 2017

O subfator ‘emprego’ também gerou perdas ímpares para a competitividade brasileira. A queda de 23 posições é explicada devido ao aumento do desemprego – que foi do 27º para o 50º lugar – com um valor de 12,43% da população economicamente ativa. Todavia, o Brasil ainda mantém um bom índice de empregados e figura em quinto lugar devido ao tamanho do mercado de trabalho em termos absolutos.

O último subfator ‘investimento internacional’ desceu três posições para a 23ª, apesar do aumento de influxos em termos absolutos. Ao todo foram US\$ 79 bilhões de investimentos diretos no país, em relação aos 75 bilhões do ano anterior. O país conserva a sexta posição do ranking graças à situação superavitária da balança comercial e do investimento direto.

### ***Eficiência do Governo***

O fator *eficiência do governo* vem apresentando pioras constantes desde 2009 e chegou em último lugar em 2016. Com a entrada de dois países no ranking, o Brasil foi rebaixado para a 62ª posição, e a Venezuela para 63ª. Dentre os cinco subfatores, todos registraram queda no ano de 2017.



Figura 5: Resultado do Brasil em Eficiência do Governo (2009-2017)

Fonte: IMD Competitiveness Yearbook 2017

No que se refere à 'estrutura institucional', os dados que avaliam a percepção do empresariado mostram uma tendência pessimista. Fica evidente através dos dados utilizados nesta pesquisa, que combina indicadores gerados pelo FMI em seu relatório "Doing Business in Brazil" e a pesquisa de opinião realizada anualmente pela Fundação Dom Cabral com a participação de centenas de representantes da comunidade empresarial brasileira. Os indicadores reforçam as dificuldades de se fazer negócios no Brasil, sendo considerado o país mais desencorajador para abertura de novos negócios. Seja pelo segundo maior custo de capital (62<sup>a</sup>), pela dificuldade na abertura da empresa (62<sup>a</sup>), pelas autoridades (62<sup>a</sup>) ou pela legislação trabalhista (62<sup>a</sup>), o país tem disfunções crônicas no fomento a negócios, não obstante é o segundo (2<sup>o</sup>) país do ranking que mais oferece subsídios.

Alguns sinais de melhora foram percebidos. As políticas do Banco Central foram melhores avaliadas em 2017 do que em 2016, gerando um salto da 59<sup>a</sup> para 43<sup>a</sup> colocação. As melhorias na gestão da economia (taxa de juros de longo prazo, câmbio, controle da inflação, controle dos gastos públicos) são vistas com bons olhos, apesar de tímidas, são entendidas como parte das reformas necessárias para retomada do crescimento pelo país. A crise institucional tem sido responsável por perdas severas nessa variável, e dada a incerteza políticas tornam-se cada vez mais imprevisíveis no curto prazo. É fundamental que o Brasil cuide do futuro do Brasil e as políticas de incentivo ao desenvolvimento sejam aprovadas e implementadas.

### ***Eficiência Empresarial***

Houve melhora de duas colocações no fator *eficiência empresarial*. Na série histórica, a trajetória foi de avanço no início da década, seguido de queda desde 2013, com tímidos sinais de reversão.

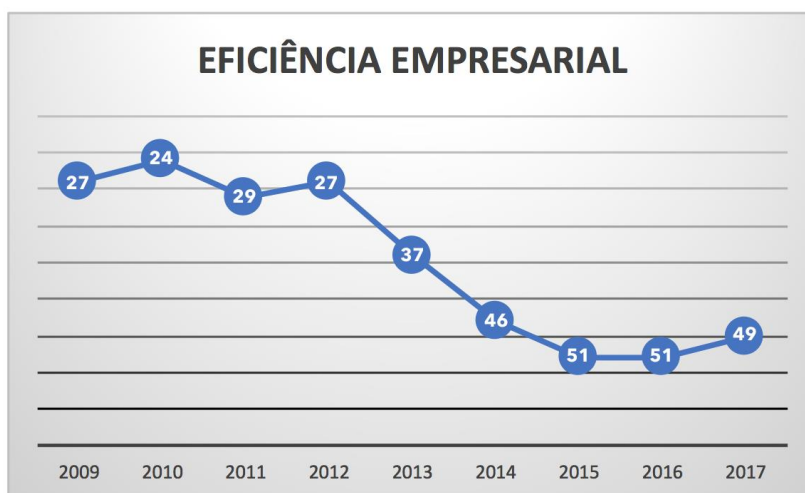


Figura 6: Resultado do Brasil em Eficiência Empresarial (2009-2017)

Fonte: IMD Competitiveness Yearbook 2017

Apesar do avanço relativo de de duas posições devido a piora neste fator dos vizinhos Colômbia e Peru o Brasil teve uma queda de mais de 10% no índice que sintetize o conjunto de variáveis que compõe o fator eficiência de negócios. A única nota positiva se dá no sub-fator 'valores e atitudes', que saltou 12 posições, (de 51 para 43) sintetizando uma auto avaliação positiva dos executivos e suas práticas de gestão.

Dentre os cinco subfatores analisados, houve estabilidade somente em ‘produtividade e eficiência’ (60ª), e sem surpresas, os componentes ‘finanças’ e ‘mercado de trabalho’ caíram duas e 15 posições respectivamente. O primeiro foi puxado pela retração no mercado de capitais e pela percepção de elevação de risco do setor bancário. Já o segundo foi puxado pelo aumento do desemprego e queda de salários reais. Também foi percebido tímido avanço em ‘práticas de gerenciamento’ da 44ª para 41ª posição.

Cabe chamar atenção para o sub-fator “produtividade e eficiência”. Este fator que poderia ser entendido como consequência da competitividade é neste estudo um dos fatores determinantes mais relevantes e talvez um dos melhores proxis da situação atual da competitividade do país. Medido a partir de um conjunto de variáveis estatísticas que avaliam a produtividade geral do trabalho (PIB ajustado PPP por pessoas empregadas), seu crescimento em relação ao ano anterior e a percepção da comunidade empresarial sobre produtividade das empresas brasileiras a 60ª posição reflete uma realidade preocupante da economia brasileira. Nossa produtividade geral do trabalho está entre as mais baixas do mundo (54ª posição com USD19,52 por pessoa empregada por hora – dado de 2016). Para que possamos comparar a relevância deste número, no mesmo ano a Coreia do Sul aparece na 33ª posição com a produtividade do trabalho avaliada em 38,12 dólares por trabalhador por hora. A média dos países analisados é de USD40,54 mais do dobro do indicador brasileiro. O indicador qualitativo considerado no relatório – fruto da opinião da comunidade empresarial – é ainda mais pessimista considerando o Brasil o 59 país no indicador de produtividade do trabalho. Indicadores complementares indicam que um crescimento negativo da produtividade total dos fatores (em 2015: -5,33%, em 2016: -1,49%) .

### **Infraestrutura**

O fator Infraestrutura apresentou uma relevante queda de 5 posições (51ª). Este fator passou por várias oscilações ao longo do tempo. Com uma tendência negativa até 2011, com a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, houve uma melhora de 6 posições em 2012, reflexo do aumento dos investimentos, principalmente na infraestrutura básica. No entanto, o país voltou a perder competitividade neste fator no período 2013-2015 com o desaquecimento da economia.

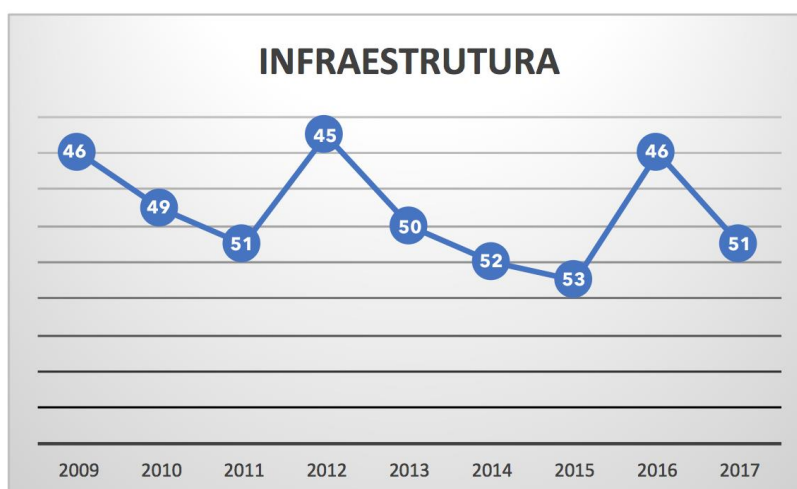


Figura 7: Resultado do Brasil em Infraestrutura (2009-2017)

Fonte: IMD Competitiveness Yearbook 2017

Em 2017, a queda guarda forte relação com a crise institucional, visto a impossibilidade de se pensar e produzir melhoras nessa variável, sem antes pensar a estabilidade política e econômica. O subfator infraestrutura básica (56ª posição) sofreu leve recuo de duas posições, sobretudo, em consequência do período de austeridade e redução de despesas públicas. No que diz respeito à infraestrutura tecnológica, o país registra estabilidade, repousando na posição 51. Cabe destacar que gradativamente, o acesso à telefonia (7ª posição) e à internet (7ª posição) tiveram seus custos reduzidos assim como o aumento de serviços relacionados a tais tecnologias, todavia a variável responsável por induzir esse e outros avanços, “investimento em telecomunicação”, teve queda de 44 posições, comprometendo os ganhos dessa variável.

No subfator científico foi registrado queda de cinco posições, terminando na 41ª posição, sendo registradas perdas em fatores como a porcentagem de investimento das empresas em pesquisa e tecnologia (31ª posição), com queda de dezesseis posições. Todavia, foi constado o ganho de cinco posições na capacidade de inovação da economia (48ª posição).

No que se refere à saúde, apesar dos gastos terem diminuído severamente devido à crise econômica, no agregado do subfator o saldo foi positivo em um ponto. Quanto ao gasto bruto em saúde, perdemos doze posições encerrando na 24ª, quanto ao gasto per capita, a queda foi de sete posições, encerrando na 42ª posição. O indicador em infraestrutura da educação voltou a cair, este ano foram 4 posições, movido sobretudo pela diminuição do gasto per capita com educação (42ª) com perda de doze posições, e com a diminuição do percentual de alunos no ensino médio (54ª), queda de quarenta e cinco posições. Estes e outros indicadores de educação são obtidos junto ao Ministério da Educação com alguma defasagem temporal. Os dados utilizados em 2017 são de 2014 quando percentual de alunos da idade escolar frequentando as escolas de nível médio caiu de 98,6% em 2013 (usado no relatório de 2016) para 82,8% em 2014 (usado no relatório deste ano).

Uma análise mais elaborada deste subfator nos leva a refletir sobre os desequilíbrios qualitativos da educação brasileira. Se por um lado o percentual de gastos públicos em educação vem se mantendo em níveis adequados (6,6% do PIB em 2014 que coloca o Brasil na 8ª posição) já o percentual destes gastos orientados para estudantes do ensino secundário é apenas mediano (21,6% do PIB o que coloca o Brasil na 30ª posição). Por outro, os indicadores de qualidade sejam estes indiretos como o número de alunos por professores na escola primária (20,94/ 54ª posição) e na escola secundária (16,69/52ª posição) ou diretos como os testes PISA (OCDE) onde estudantes brasileiros de 15 anos ficaram na 63ª posição nos exames de ciências, 59ª em leitura e 66ª em matemática entre os 70 países participantes. Na avaliação da comunidade empresarial a educação brasileira fica na 62ª posição.

## Competitividade no Mundo em 2017

No ranking de 2017 foram destaques três países, Hong Kong, Estados Unidos e China. Em primeiro lugar pelo segundo ano consecutivo, Hong Kong tem tido um desempenho acima da média.



Figura 8: As 10 Economias Mais Competitivas em 2017  
Fonte: IMD Competitiveness Yearbook 2017

Em segundo lugar, a Suíça segue firme pelo segundo ano consecutivo, e fechando o pódio, aparece Cingapura que deslocou a economia americana para a quarta colocação. Os EUA deixam o pódio pela primeira vez muito provavelmente devido à trajetória de desenvolvimento da competitividade vivida por Hong Kong, Suíça e Cingapura nos últimos anos, mas também devido às incertezas e entraves ligados ao fim da administração Obama e início da administração Trump. A figura 9 apresenta de forma sintética o panorama da competitividade americana nos fatores e subfatores utilizados neste relatório.

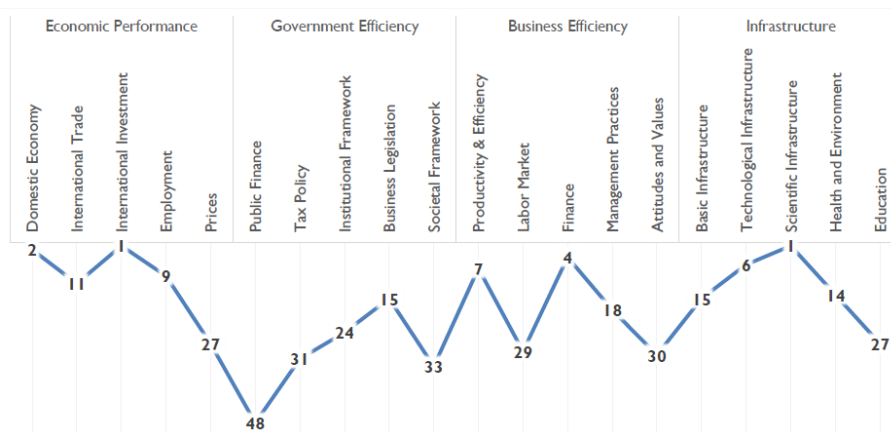


Figura 9: Panorama da Competitividade dos Estados Unidos em 2017  
Fonte: IMD Competitiveness Yearbook 2017



Mantendo-se entre os países mais competitivos do mundo em praticamente todos os indicadores, os EUA apresentam claramente deficiências na gestão de suas contas públicas, desequilíbrios em sua estrutura social, mercado de trabalho e atitudes e valores. Com destaque para o aumento do déficit do orçamento público (-4,36% em 2016 contra -3,72% em 2015), risco de instabilidade política causada pelo posicionamento da administração Trump em questões internas e externas como o acordo do clima, o muro com o México e a globalização em geral.

Na direção contrária, caminha a China que subiu 7 posições em 2017 passando agora a ocupar a 18ª posição. O panorama da competitividade chinesa indica que apesar dos avanços e destaque em fatores como economia doméstica, emprego, mercado de trabalho e infraestruturas científica e tecnológica, a China ainda guarda características de países menos desenvolvidos, tais como preços e políticas tributárias, regulamentação e saúde e meio ambiente (Figura 10).

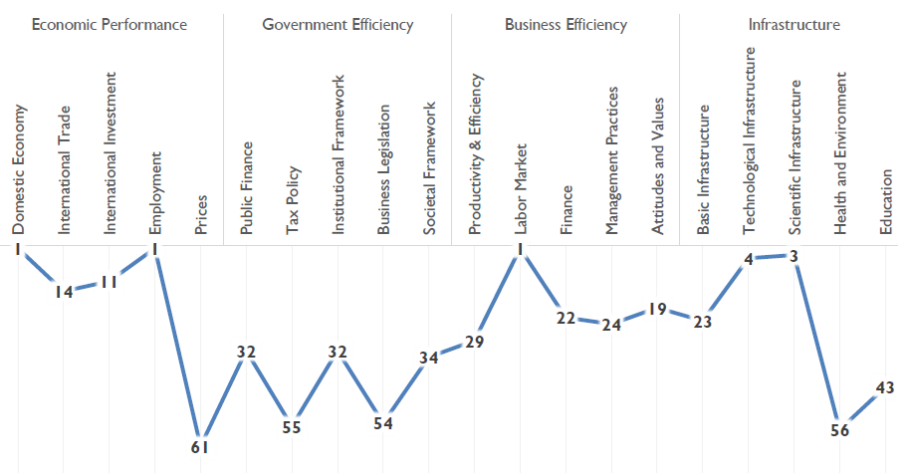


Figura 10: Panorama da Competitividade da China em 2017  
 Fonte: IMD Competitiveness Yearbook 2017

O ganho de sete posições da China em 2017 está diretamente à manutenção do crescimento da economia (6,7%), da renda per capita (6,1%), do consumo das famílias (7,4%) e da formação bruta de capital (8,3%). Outros fatores positivos foram as conquistas alcançadas na estruturação do mercado de capital com crescimento no número de empresas cotadas em bolsa (2827 em 2015; 6º do mundo), aumento das atividades de venture capital (27º do mundo) e fusões e aquisições (26º do mundo). O coordenador do estudo pelo IMD, Prof. Arturo Bris acredita que este crescimento seja fruto de um compromisso do país com o comércio internacional levando ao desenvolvimento das empresas e ao crescimento econômico.

América Latina segue com uma das regiões com graves deficiências competitivas. Cinco dentre as 10 economias menos competitivas do mundo estão no continente latino americano. Colômbia (54º), Peru (55º), Argentina (58º), Brasil (61º) e Venezuela (63º) apresentam dificuldades de superar suas deficiências do passado – não apenas na dimensão eficiência do setor público mas também na eficiência dos negócios. O destaque continua sendo o Chile que avançou uma posição ficando agora na 35ª posição. Com o crescimento real do PIB de 0,55% uma taxa de inflação de 0,29% e taxas de juros de longo prazo na faixa de 1,9% o Chile reúne as características de um pequeno, mas atraente país para investidores estrangeiros (PIB: 247

bilhões em 2016, Investimentos diretos estrangeiros: USD11,65 bi que representam 4,72% do PIB – 10º do mundo).

### **Considerações Finais: o Brasil precisa cuidar do Brasil**

O desempenho do Brasil no ranking de competitividade este ano é consequência não apenas da crise institucional, como também da perda de espaço relativo do país na economia internacional. Visto a necessidade de sermos mais competitivos para geração de crescimento, fica evidente que registramos quedas consecutivas a sete anos sobretudo por não conseguirmos traduzir nossas vantagens relativas em vantagens competitivas. O esgotamento do ciclo de crescimento dos anos 2000, aliado a problemas macroeconômicos estruturais, tais como o ajuste de contas do governo, posicionam o Brasil em extrema desvantagem e, inequivocamente, exigem mudanças para retomar o caminho do desenvolvimento.

A necessidade de reformas acompanha todo esse panorama, sendo não a resposta, mas um ponto de mudança fundamental para o futuro. Pensar em reformas envolve pensar o hoje e o amanhã, visionando uma nova trajetória de crescimento, dado o esgotamento da trajetória anterior. Ainda que polêmicas, as reformas em pauta – regulatória, trabalhista, da previdência e tributária – representam possibilidades de mudança mais profundas em nossa economia.

A fragilidade institucional do Brasil fica evidenciada nos dados coletados pelo IMD. Segundo a opinião dos executivos no país, o arcabouço legal e regulatório figura na 59ª colocação, a adaptabilidade e a transparência das políticas públicas em 53ª; enquanto a burocracia e a corrupção amargam a 62ª colocação. A simplificação do marco regulatório tem por objetivo facilitar a criação, gerência, perpetuação e conclusão de negócios. Sendo o Brasil um dos países mais difíceis de criar (62º lugar) e de operar uma empresa (62º lugar), é explicada a necessidade de tornar esse padrão mais suscetível para fomentar e receber novas iniciativas. É de fato necessário tornar o ecossistema mais sujeito a fomentar e selecionar boas companhias.

As regulações trabalhistas são também avaliadas como uma barreira às atividades empresariais (62º lugar), inclusive do ponto de vista de proteção ao desemprego (55º lugar). De uma maneira geral, os executivos avaliam mal as relações de trabalho no país (58ª colocação). Estes indicadores deixam clara a necessidade de uma ampla discussão na sociedade sobre as questões de trabalho e emprego, que sejam condizentes com as organizações atuais, as tecnologias existentes e com o perfil do trabalhador moderno.

Em relação à previdência, a opinião dos executivos brasileiros coloca nosso sistema como o antepenúltimo (61º) quando o assunto é utilização dos recursos para financiamento futuro. Nesses pontos, o Brasil peca pelos excessos, acarretando as famílias e empresas custos bem maiores que a média internacional. Temos que as empresas no Brasil são as maiores penalizadas pelo financiamento previdenciário, sendo a empresa obrigada a contribuir com 38% da arrecadação (61º lugar) e o funcionário 9% (32º lugar).

A reforma tributária, por sua vez é contemplada no relatório como tema relativamente menos crítico. Os impostos recolhidos representam 20,7% do PIB, colocando o país na 25ª posição do ranking. Do ponto de vista da competitividade, o sistema tributário brasileiro o caracteriza com um grupo de países pouco competitivos, e se analisado através de sua complexidade, é claramente um inibidor da produtividade e eficiência. Segundo a opinião dos entrevistados,

nosso sistema tributário corporativo se coloca na 61ª posição do ranking. A simplificação do modelo e a maior clareza nos processos são fundamentais para dinamizar a economia e incentivar desde a abertura de novos negócios até o investimento de multinacionais.

Um Brasil melhor, em que as prioridades não sejam as disputas pessoais e ideológicas, mas a construção de um país melhor para todos, essa é a base para a retomada do crescimento. Reformas e superação de ineficiências são necessárias para andarmos frente almejando um projeto de país e sociedade coerentes com nossas características e limitações. São tempos de cuidado, e mais do que nunca, é importante cuidar do Brasil. Do Brasil do presente e do Brasil do futuro.

### **Sobre A Metodologia**

O Relatório Internacional de Competitividade do IMD tem sido compilado desde 1989 e se baseia em quatro pilares: “Desempenho Econômico”, “Eficiência do Governo”, “Eficiência Empresarial” e “Infraestrutura”. Para cada pilar, são analisados cerca de 20 subfatores por meio da contabilização de 364 variáveis. As variáveis incluem tanto dados estatísticos quanto de percepção. Os dados estatísticos são indicadores macroeconômicos, cuja fonte são instituições nacionais e internacionais de estatística (como o IBGE no Brasil). São coletados pelo IMD e seus parceiros e possuem peso de 2/3 para o cálculo do ranking. Os dados de percepção são coletados através do questionário de opinião executiva, coletados via uma plataforma online entre gestores de alto escalão das empresas. A amostra brasileira incluiu empresas de todos os portes e de diversos setores da economia, com o intuito de obter uma representação geral do país. Com peso de 1/3 na pesquisa, estes dados refletem o julgamento geral do empresariado sobre o país em questão.

No Brasil a pesquisa de opinião está sob a responsabilidade da Fundação Dom Cabral que acessa cerca 12.000 executivos brasileiros de diferentes setores, regiões e portes de empresas. A pesquisa para o World Competitiveness Report 2017 foi realizada entre os períodos de janeiro a abril e contou com a contribuição de mais de 6.200 executivos nos 63 países pesquisados.

### **Equipe da Fundação Dom Cabral**

Prof. Carlos Arruda – Coordenador do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo

Prof. Ana Burcharth – Professora do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo

Arthur Ramos – Pesquisador do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo